

Lula conversa com Bush sobre Alca e reafirma política externa

Brasil quer avanços no Mercosul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs na 24ª Cúpula do Mercosul, em Assunção (Paraguai), o estabelecimento de “metas claras para a consolidação da união aduaneira até 2006, que criem bases sólidas para um Mercado Comum do Sul. Este é o firme compromisso que o Brasil quer assumir”.

O presidente também disse que o Brasil se compromete a elaborar mecanismos para superar as assimetrias de desenvolvimento no bloco. Para isso, disse, uma das tarefas prioritárias é aperfeiçoar a Tarifa Externa Comum.

Para Lula, “a unidade do Mercosul é condição necessária para fortalecer a capacidade negociadora do bloco junto a outros parceiros comerciais, como a União Européia e a Alca”. Ele disse ainda que o bloco, formado por quatro países plenos (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e dois associados (Bolívia e Chile), precisa de agendas específicas para as áreas política, social e cultural.

Lula destacou que a recuperação da credibilidade da economia brasileira e a estabilização na Argentina vão reverter o quadro recessivo dos países do bloco. “O processo de construção do mercado comum não poderá ser, exclusivamente, dos governos e dos setores empresariais interessados nas vantagens da maior liberalização comercial na região”, defendeu.

O presidente lembrou os novos ares políticos na região, com sua eleição, a de Néstor Kirchner, na Argentina, e a de Nicanor Duarte Flores, no Paraguai. “Os resultados das urnas resultam em clara opção das sociedades em favor do Mercosul. Os eleitores aprovaram esta proposta.”



Lula é cumprimentado por Bush durante encontro dos presidentes na Casa Branca



Presidentes do Mercosul, mais os da Bolívia, Chile e Venezuela, posam para foto oficial

Petista ganha prêmio espanhol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ganhou o Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional 2003, anunciado no dia 18 em Oviedo, na Espanha. Os jurados analisaram 14 candidaturas procedentes de 17 países (Bélgica, Brasil, Canadá, Colômbia, República Checa, China, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, México, Polónia e Espanha).

O prêmio espanhol é entregue anualmente a pessoas, grupos ou instituições que se destacaram pelo trabalho re-

alizado para maior união entre os povos. Lula ficou surpreso com o prêmio. Segundo o secretário de Imprensa da Presidência, Ricardo Kotscho, o presidente não sabia que concorria, mas ficou muito feliz pelo reconhecimento.

Para o presidente na Espanha do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), Antonio Garrigues, Lula “dá lugar a uma possibilidade de esperança”. O júri do prêmio de Cooperação Internacional também é formado pelo ex-premier espanhol Leopoldo Cal-

vo Sotelo e o ex-primeiro-ministro português Francisco Pinto Balsemao.

Em 2002, o prêmio foi concedido ao Comitê Científico para a Investigação na Antártida e, anteriormente, à Estação Espacial Internacional. Além disso, causas como as dos Capacetes Azuis das Nações Unidas na antiga Iugoslávia e a defesa da dignidade da mulher foram premiadas. Políticos como o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, o ex-chanceler alemão Helmut Kohl, o ex-primeiro-ministro portu-

ês Mario Soares, o falecido ex-premier de Israel Yitzhak Rabin e o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, também receberam a homenagem.

O prêmio de Cooperação Internacional é o sétimo concedido neste ano entre várias categorias desta homenagem, que oferece US\$ 45 mil e a reprodução de uma estatueta criada por Joan Miró. Lula ainda não decidiu o que fará com a premiação, mas pensa em doar a quantia ao Programa Fome Zero.

PRESIDENTE ENFATIZA QUE O BRASIL NÃO ACEITARÁ PREJUÍZOS À ECONOMIA E COBRA VAGA EM CONSELHO DA ONU

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, decidiram manter os contatos para a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) até janeiro de 2005 — dentro do prazo previsto, mesmo com impasses na área agrícola e em compras governamentais. Brasil e EUA dividem a copresidência das negociações.

Contrariando as expectativas iniciais, a Alca não foi a pauta principal do encontro em Washington, no dia 20. Segundo Lula, ele e Bush discutiram o tema, mas detalhes técnicos, como o fim dos subsídios norte-americanos, foram mencionados de forma superficial.

“Não foi um encontro para fazer negociações, os temas da Alca foram apenas mencionados de maneira geral”, disse o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores), que acompanhou o presidente na viagem. Segundo ele, Lula e Bush concordaram sobre a necessidade de liberalização comercial para que ambos os países possam se desenvolver.

Mas Lula enfatizou que o Brasil não deseja ter sua economia massacrada pelos países desenvolvidos. “Em discussões bilaterais entre dois países, não podem prevalecer interesses comerciais de nenhuma corporação ou de nenhum setor econômico. É preciso prevalecer os interesses das duas nações. E eu estou convencido de que nós temos condições de quebrar todas as barreiras que existem, primeiro se tivermos paciência, segundo se tivermos perseverança”, afirmou.

Avaliações

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que também esteve em Washington, classificou como “histórico” o encontro. Segundo o ministro, o clima foi de franqueza, e os problemas foram colocados com bastante clareza e objetividade. “Acredito que se estabeleceu com essa visita uma nova etapa nas relações Brasil-EUA. Nós vamos tratar de convergências: mais comércio, mais investimentos.”

O presidente do PT, José Genoino, lembrou que a data de criação da Alca em janeiro de 2005 já estava definida previamente e se constitui num dispositivo legal. “A aceitação da data não significa que o Brasil está aceitando todas as incursões dos EUA”, afirmou.

Segundo Genoino, o governo Lula pretende alterar os termos da Alca “Nós não queremos a Alca como os EUA querem”, disse. “Queremos discutir o protecionismo dos países ricos sobre produtos que prejudicam o Brasil, queremos discutir a lista de produtos sensíveis, queremos discutir formas de compensação

dos países que não têm condição de competir na área de livre comércio”, continuou ele, lembrando que “vai ser uma negociação de mérito difícil”.

Países pobres

Durante o encontro, Lula enfatizou também a necessidade de os países desenvolvidos olharem com carinho para as economias menos valorizadas, para que as nações mais pobres voltem a crescer. “Cabe ao país que seja grande, que tenha a economia mais forte, ter generosidade no trato com parceiros mais frágeis.”

Ele ressaltou que o Brasil não vai esperar que países o procurem para negociações. “Não temos que esperar que alguém nos procure. Nós vamos procurar”, disse. A intenção do presidente é firmar parcerias com países como Índia, China e da América do Sul.

Depois do encontro de quase três horas com Bush, Lula reagiu com bom-humor ao ser questionado se tinha gostado pessoalmente do norte-americano. “Eu gosto mesmo é da dona Marisa Letícia Lula da Silva”, disse o presidente, arrancando risos dos jornalistas e funcionários da embaixada do Brasil que acompanhavam a entrevista.

Segundo Lula, o fato de os dois presidentes serem pessoas “com pensamentos ideológicos diferentes” isso não impede que mantenham uma relação civilizada em questões de interesse dos dois países. “Sabemos a importância dos Estados Unidos, de investidores norte-americanos no Brasil, e queremos tratar isso com muito carinho. Da mesma forma que acredito que o presidente Bush esteja vendo no Brasil um parceiro importante”, destacou o presidente.

Paz mundial

Para Lula, o momento mais marcante do encontro foi a discussão sobre a busca da paz no mundo. “O Brasil pode e deve ter papel importante na América do Sul. Mas não se consegue papel importante só com palavras. É preciso recuperar o tempo perdido e pensar um modelo de desenvolvimento”, disse.

Lula aproveitou o encontro para afirmar a Bush que o Brasil pleiteia uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). “Acho que ele vai fazer uma reflexão porque temos o apoio de muita gente no mundo, de toda a América Latina.”

Lula foi o primeiro chefe de Estado que não apoiou os EUA na guerra do Iraque a ser recebido por Bush. Segundo Lula, o Brasil teve a sua posição e os EUA a sua, mas respeitam ao outro. “E a democracia continua acontecendo nas nossas relações.”

Ricardo Stuckert/Presidência da República

Marcos Gual/Jornal/ABR

PARTIDO

Diretório Nacional deverá decidir sobre João Fontes

EXECUTIVA DECIDE ENCAMINHAR REPRESENTAÇÃO SOBRE DEPUTADO SUSPENSO PELA BANCADA DO PT

A CEN (Comissão Executiva Nacional) do PT resolveu, no dia 23, encaminhar o caso do deputado federal João Fontes, de Sergipe, para análise do Diretório Nacional. A representação foi elaborada a partir de encaminhamento feito pela bancada na Câmara, que em 21 de maio determinou a suspensão de Fontes.

A decisão da bancada decorreu da divulgação por Fontes de uma fita com discurso pronunciado em 1987 pelo hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na época da suspensão, o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), disse que a iniciativa de Fontes foi considerada um "fato gravíssimo" e ofensivo à imagem do presidente.

Na ocasião, a bancada do PT suspendeu a deputada federal Luciana Genro (RS), também envolvida no caso. Desde então, os dois não podem participar de nenhuma atividade da bancada (como reuniões internas), perderam seus cargos nas comissões especiais e permanentes e não podem fazer discursos em nome da legenda.

A proposta de suspensão de Fontes e Luciana foi apresentada pela coordenação da bancada e aprovada por 57 parlamentares. Outra proposta, da deputada Maninha (DF) e que restringia a punição apenas a Fontes, teve 8 votos. O deputado Babá (PA) propôs livrar ambos de qualquer punição, mas a tese recebeu apenas 3 votos. Fontes e Luciana participaram da reunião e tiveram direito de defesa.

Estatuto

A Executiva entendeu que o caso de Fontes não deveria ser levado à Comissão Nacional de Ética e Disciplina — órgão de cooperação do Diretório Nacional, que tem entre suas atribuições coletar informações e subsidiar decisões do DN. No caso do deputado, o entendimento foi de que já existem elementos e provas suficientes de infração.

De acordo com o secretário nacional de Organização do PT, Silvio Pereira, "Fontes agiu premeditadamente e assumiu a autoria de seus atos". Pereira apresentou à CEN pedido para que o caso fosse levado diretamente ao DN com base no artigo 216 do Estatuto do PT, que diz: "No caso de flagrante desrespeito às deliberações e diretrizes legitimamente estabelecidas

pelos instâncias superiores do Partido, sem necessidade de instrução — oitiva de testemunhas pela Comissão de Ética ou outras provas para subsidiar a decisão da instância competente —, a Comissão Executiva notificará imediatamente o denunciado para apresentação de defesa no prazo de dez dias, após o que encaminhará o procedimento ao Diretório correspondente para decisão".

O presidente nacional do PT, José Genoíno, destacou que não se pode antecipar qual será a decisão do DN, formado por 82 membros eleitos. "O DN vai ouvir o deputado — a própria Executiva vai ouvir antes — e avaliar qual a decisão a ser tomada. Ninguém sabe qual será a punição. Ao se falar automaticamente em expulsão, isso é uma avaliação subjetiva."

De acordo com Genoíno, "a Executiva Nacional, em relação a esses parlamentares, continua defendendo a mesma posição: o direito de debater, de divergir e criticar é sagrado, mas queremos que esses parlamentares assumam publicamente a disposição de votar com as decisões das bancadas e do partido".

Prazos

A proposta recebeu 12 votos a favor, de 18 membros da CEN presentes. Com a decisão da Executiva, será aberto prazo de dez dias para que Fontes apresente uma defesa por escrito à direção do partido. Provavelmente em agosto Fontes será convidado a comparecer em reunião da CEN para expor a sua defesa. Ele também poderá se manifestar na reunião do DN que analisará o seu caso.

A senadora Heloísa Helena (AL) afirmou, durante a reunião da Executiva, que o deputado Fontes disse a ela que pretendia apresentar um recurso à CEN. Ao deixar a sede nacional do PT, em São Paulo, a senadora criticou a decisão da Executiva.

Além de encaminhar o caso de Fontes ao DN, o episódio da fita será anexado ao processo que Luciana Genro responde na Comissão Nacional de Ética e Disciplina. Em 12 de maio, a Executiva decidiu instalar a comissão para analisar fatos protagonizados por Heloísa Helena, Luciana Genro e Babá que, segundo análise preliminar, ferem a unidade de ação do partido.



Genoíno em encontro com deputados estaduais do PT

DN decide sobre reformas

O PT reunirá os membros do Diretório Nacional nos próximos dias 12 e 13 de julho, em São Paulo, para deliberar sobre o fechamento de questão na votação, no Congresso, das reformas da Previdência e tributária (leia mais na pág. 4). Na reunião, o partido receberá informes políticos do governo e do relator da reforma na comissão especial da Câmara, José Pimentel (PT-CE), que preparará seu parecer até o dia 15 de julho.

"Na reunião do DN, vamos ter o mapa político do parecer do relator e das emendas que vão ser ou não negociadas entre a bancada e o governo. E o DN vai deliberar pelo fechamento da questão, tanto na reforma da Previdência como na tributária", afirmou o presidente nacional do PT, José Genoíno.

Sobre a reforma da Previdência, Genoíno afirmou que a questão dos termos da negociação acerca das emendas à proposta cabe exclusivamente à bancada e ao governo. "Não tenho ainda claros nem quais são nem se existirão", afirmou ele, lembrando

que a bancada do PT tomou uma decisão de apoio à emenda da reforma.

"Acho que a reforma da Previdência é necessária ao país, é necessária para recuperar a capacidade de investimento do Estado e para ter um critério de justiça social que equilibre melhor os milhões que estão no INSS com aposentadorias baixas, os milhões que não têm Previdência nenhuma e algumas categorias do serviço público. Que nós vamos garantir os direitos corrigindo exageros", completou Genoíno.

Além da reunião do DN, também estão entre as prioridades da agenda o 2º Encontro de Vereadores(as) e Deputados(as) Estaduais e Vereadores, que será realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho, e os seminários nacionais que serão realizadas pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo, um sobre comunicação, com as prefeituras petistas, e outro sobre estratégias de desenvolvimento econômico, com a presença de economistas do PT, do governo e da sociedade.

OPINIÃO

O resgate da política econômica

Luciano Coutinho*

O debate crítico a respeito da política econômica do governo Lula está duplamente mal enfocado. Primeiro, pela incompreensão da terrível enrascada na qual a economia brasileira foi metida pela política econômica do governo FHC. Segundo, pela falta de clareza a respeito da única saída construtiva — aquela que desmonta a fragilidade financeira, resgata a soberania do Estado e cria condições de sustentação do crescimento.

Custou caríssimo a opção, adotada no início do Plano Real, por um processo rápido de desinflação baseada numa âncora cambial sobrevalorizada e em uma taxa de juros muito elevada para, oportunisticamente, eleger o então ministro da Fazenda e, posteriormente, a insistência na mesma política (até o início de 1999). A taxa de câmbio sobrevalorizada inverteu a balança comercial de superavitária para deficitária e fez com que se acumulassem déficits correntes elevados em moeda forte. Esses déficits foram cobertos por novas dívidas e por desnacionalizações de ativos, fazendo com que os passivos geradores de obrigações em moeda estrangeira se elevassem de US\$ 218 bilhões para US\$ 439 bilhões em apenas cinco anos.

Esse estoque de passivos implica fluxos de saída de dólares (a título de juros, dividendos e outras rendas) da ordem de US\$ 23 bilhões por ano. Instalou-se, assim, uma grave fragilização das contas externas, e que deixou a economia crucialmente dependente dos ingressos de capitais. Os mercados financeiros passaram a ditar as prioridades e a política econômica tornou-se refém de suas expectativas e volatilidades.

A soberania do Estado brasileiro restou seriamente debilitada. Esse foi um verdadeiro crime de lesa-pátria, de efeitos deletérios duradouros, perpetrado pelo governo do presidente FHC, do qual a história não o absolverá, pois não lhe faltaram alertas fundamentados, emitidos de dentro e de fora do governo.

O abandono da âncora cambial de 1999 para cá flexibilizou a taxa de câmbio e atenuou o fluxo deficitário da conta corrente (ainda que à custa de surtos inflacionários e de contenção do crescimento), mas não resolveu o problema do grande estoque acumulado de passivos. No ano passado, a asfixia provocada pelo enxugamento do crédito e dos investimentos estrangeiros e pela fuga de capitais (retração de US\$ 25 bilhões em seis meses) deixou a economia à beira do "default", que só não veio graças ao socorro do Fundo Monetário Internacional.

Assim, o governo Lula herdou o Estado sem raio de

manobra, algemado, com sua soberania comprometida. A política ortodoxa era a única alternativa ao caos. A firmeza e a dureza com que a política fiscal vem sendo administrada em 2003, a montagem de uma ampla base de suporte parlamentar e o carisma popular do presidente Lula foram essenciais para inverter a desconfiança dos investidores. O risco-país despençou, a taxa de câmbio cedeu e a inflação também. A economia real foi, porém, minada pelas quedas significativas do gasto público, do consumo e dos investimentos privados (que as exportações, único vetor de expansão, não conseguem contrabalançar). O desemprego aumentou e a massa de rendimentos da sociedade experimenta retração.

A dosagem da restrição monetária e da política de juros pode agora ser aliviada. A inflação — tanto a observada como a esperada — está cedendo e há espaço para começar a diminuir a taxa de juros, mormente sob a perspectiva de um cenário recessionalista. A persistência miópe no superaperto fiscal e no exagero dos juros reais não é racional nem sustentável (por seus efeitos contraproducentes sobre a relação dívida/PIB). Razões objetivas e factuais para tanto acabarão por prevalecer, o que obrigará o BC a suavizar.

A discussão a respeito da suposta "conversão irreversível" do governo Lula à ortodoxia ignora a possibilidade real de resgate da soberania da política econômica. Essa reconquista transita pelo robustecimento estrutural do balanço de pagamentos e requer a sustentação de um elevado superávit comercial (próximo a US\$ 18 bilhões) nos próximos anos, de tal forma que recupere substancialmente a nossa frágil reserva de divisas, hoje reduzida a apenas US\$ 13 bilhões. Sem isso, não haverá juízo irreversivelmente baixo e estável.

A existência dessa saída não apenas é compreendida pelo governo (que se prepara para implementá-la) mas também corresponde ao desejo de um poderoso arco de forças sociais que se articula desde o grande empresário do produtivo até as organizações representativas das classes trabalhadoras, encampando as classes médias.

Não será fácil chegar lá. Governo e setor empresarial precisarão coordenar-se de forma eficiente e objetiva em torno de grandes projetos e programas setoriais de modo a criar condições financeiras e institucionais (legais e regulatórias) para mover as necessárias decisões de investimento em infra-estruturas e cadeias competitivas.

* Professor titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Artigo publicado pela Folha de S.Paulo em 15/6/2003

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas têm uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:

Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprogna

FOTOS

Agência Brasil, Presidência da República e César Ogata

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,

São Paulo, SP,

CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 15.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Neo Graf

ECONOMIA

BC reduz juros para 26 % ao ano



O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, acena ao chegar para uma reunião no Ministério do Planejamento

PARA LULA, CORTE DE 0,5 PONTO, O PRIMEIRO EM 11 MESES, INDICA QUE O BRASIL ESTÁ PRONTO PARA CRESCER

O Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, decidiu no dia 18, por unanimidade, reduzir a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual para 26% ao ano, sem viés — isto indica que a taxa Selic permanecerá neste patamar até a próxima reunião do comitê, em julho. Em nota, o Copom afirmou que a convergência da inflação é de queda e, por isso, foi possível baixar a taxa, que estava em 26,5% desde fevereiro.

A redução dos juros, a primeira em 11 meses, já era esperada pelo mercado, em razão da divulgação de vários índices de inflação, como a prévia do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que registrou deflação de 0,66% — o maior recuo do nível de preços desde a criação do indicador, em 1989.

Além disso, na pesquisa semanal que realiza, o BC havia apurado, pela primeira vez, uma expectativa abaixo de 12% neste ano para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), usado no sistema de metas de inflação. O resultado foi de 11,84% para o acumulado em 2003. Há ainda a expectativa de inflação de 7,76% nos próximos 12 meses.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os juros começaram a baixar porque “a inflação não é mais um bicho-papão e já foi controlada”. Segundo ele, o país está pronto para crescer e criar empregos. “Agora vai começar o processo de investimento nos setores que consideramos que geram o crescimento econômico e os empregos de que precisamos”, disse.

inflação de 12 meses para frente e, dessa maneira, eu acredito que nós poderemos garantir que as próximas decisões do Copom confirmem esse tendência de baixa.”

Segundo Palocci, “as pessoas têm de agir nas suas áreas para fazer com que os indicadores econômicos caminhem bem”. E continuou: “Vamos continuar recebendo as críticas, mas vamos continuar agindo com a certeza de que um combate à inflação como esse é para que não tenhamos que tomar medidas piores mais tarde, se formos lenientes neste momento.”

Sinalização

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), disse que a decisão de baixar os juros “revela o acerto da política econômica do governo Lula em relação ao controle da inflação e à redução do risco-país”. Para ele, trata-se de um sinalizador de que a tendência agora é de redução da taxa de juros. A medida também mostra, segundo Pellegrino, a diferença deste governo em relação ao passado, “que não baixou os juros embora tivesse condições de fazê-lo”.

Para o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), a decisão do Copom teve razões técnicas, mas revelou também que o esforço do governo para recuperar a estabilidade econômica foi bem sucedido. “O que nós queríamos era recuperar a estabilidade para que o país pudesse crescer com estabilidade, sem inflação”, disse.

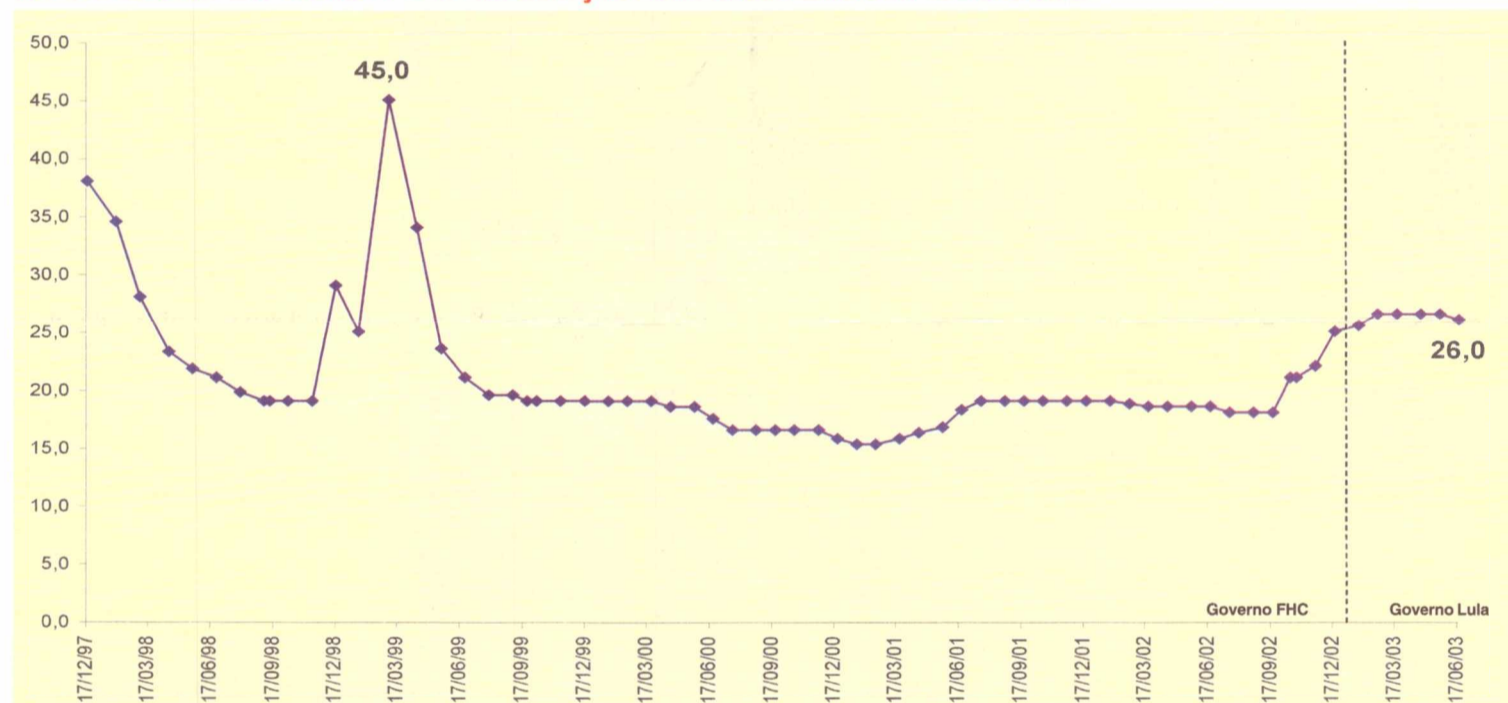
Expectativa

Empresários e alguns analistas consideraram pequena a redução da taxa de juros, enquanto outros apoiaram a medida tendo em vista a evolução das taxas de inflação. Em nota à imprensa, o novo presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Luiz Marinho, afirmou que considerou a redução da taxa insuficiente, mas demonstrou esperança: “A CUT espera que a decisão represente o início de um processo contínuo de redução dos juros, combinadas com ações voltadas para a retomada do crescimento e da geração do emprego”.

Na mesma semana da decisão do Copom, o governo anunciou os princípios de sua nova agenda para o desenvolvimento sustentável e para o crescimento econômico (*leia texto ao lado*). O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, reunido com líderes da base do governo, também anunciou que neste mês serão liberados R\$ 800 milhões para investimentos em habitação, transporte e saneamento.

Esses recursos estavam contingenciados desde o início do ano, devido às medidas de combate à inflação herdada do governo Fernando Henrique Cardoso. “Queremos que o país volte a crescer sem risco de inflação. Por isso, não podemos fazer uma acentuada queda dos juros, como gostaríamos, mas podemos criar contrapesos fazendo com que os recursos sejam gastos em investimentos que não geram inflação”, disse Dirceu.

AS DECISÕES DO COPOM E A EVOLUÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS



Plano estimula desenvolvimento

O governo federal divulgou no início de junho uma nova agenda para estimular o desenvolvimento sustentável do país e garantir o crescimento econômico nos próximos anos. O documento é um roteiro que define as prioridades do governo para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro.

A infra-estrutura, que requer cerca de US\$ 20 bilhões por ano para ser melhorada, e uma nova política industrial foram destacadas pelos ministros Antônio Palocci (Fazenda), José Dirceu (Casa Civil), Guido Mantega (Planejamento) e Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento).

Para Dirceu, a nova agenda será um passo adiante em relação ao que já foi feito nos últimos cinco meses. “Não haveria investimento nenhum no Brasil se houvesse grande variação do dólar e elevado risco-Brasil”, disse.

Segundo ele, as políticas econômicas que foram adotadas foram necessárias para que o governo consiga agora cumprir as novas etapas de estímulo ao crescimento da economia. “Todos sabem que a queda dos juros é importante, mas não suficiente. Nenhum país do mundo cresceu fixado apenas nos juros”, complementou Palocci.



Mantega, do Planejamento, e Dirceu, da Casa Civil

Estímulos

O governo deseja estimular a produção tecnológica e o comércio exterior a partir da participação de recursos da iniciativa privada. As renúncias fiscais serão revistas para que o governo decida em que setores apostar. “Vamos trabalhar com financiamentos e renúncia fiscal”, disse Palocci, referindo-se às empresas competitivas que receberão atenção especial.

Os setores que apresentaram deficiência também serão monitorados. A meta do trabalho é mapear segmentos deficientes, como eletroele-

trônicos e medicamentos, para definir subsídios necessários — que poderão ser aplicados por 3 ou 5 anos, dependendo da urgência.

Furlan anunciou ainda que, além dos setores dinâmicos mundiais, que crescem acima dos 10%, o Brasil levará em conta o crescimento dos segmentos que podem conquistar mais de 10% do mercado internacional, como a soja e o aço. “Embora o consumo de algumas commodities (soja e aço) não cresça com o dinamismo de 10%, para o Brasil, as exportações desses produtos estão acima des-

tes valores, sendo portanto considerados dinâmicos.”

Para Furlan, os estímulos farão com que o país tenha mais poder nas negociações internacionais. Ele disse que os produtos nacionais serão priorizados nas compras governamentais, por exemplo, mas sem descumprir as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Reavaliação

O pacote de medidas ainda será reavaliado de acordo com a definição dos setores estratégicos que receberão maior atenção. Um comitê formado por técnicos do governo irá observar a economia e o desempenho das empresas para definir como e quanto será necessário para colocar em prática as prioridades da agenda.

O trabalho vinha sendo feito já há alguns meses por uma comissão composta pelos quatro ministérios e foi concluído após uma reunião na Câmara de Política Econômica, informou o Ministério do Desenvolvimento.

“Nós esperamos que a consolidação destas propostas esteja pronta dentro de 30 dias para que nós possamos incluir no PPA (Plano Plurianual), que será divulgado em 31 de agosto”, disse Furlan.

Condições

O ministro Antônio Palocci (Fazenda) avaliou que queda da taxa básica de juros significa que o país está vencendo a batalha contra a inflação. Para ele, a decisão é um “sinal efetivo de que a inflação caminha definitivamente para as metas estabelecidas pela equipe econômica”.

O ministro garantiu que a medida não foi voluntária nem política e cobrou dos empresários um controle maior sobre os preços. “O Copom não toma decisões voluntárias, toma decisões a partir do que acontece na economia real, no comportamento dos preços”, afirmou. “Vamos fazer todo esforço para que os juros tenham uma queda consistente.”

Segundo Palocci, os empresários e agentes econômicos precisam continuar controlando e baixando preços para que os juros caiam. “Não é só reduzir preços, quando fizerem cálculos econômicos ou planejamento de investimentos precisam olhar a inflação futura”, afirmou. “É assim que nós coordenamos o processo de redução inflacionária efetiva e de crescimento real para nossa economia.”

Conforme o ministro, só foi possível começar a reduzir juros porque uma grande parcela dos agentes econômicos tem entendido que a política monetária vai atuar no grau que for necessário para controlar a inflação. “Alguns já estão olhando os índices de

CONGRESSO

Comissão investigará Banestado

DEPUTADOS E SENADORES VÃO APURAR DENÚNCIAS DE EVASÃO DE DIVISAS QUE PODEM CHEGAR A US\$ 30 BILHÕES

O Congresso Nacional decidiu criar uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar as denúncias de evasão de divisas por meio de contas na agência de Nova York do Banestado (Banco do Estado do Paraná). De acordo com as apurações iniciais da Polícia Federal, o caso envolve transações de até US\$ 30 bilhões, com a participação de empresários e políticos brasileiros.

A comissão foi instalada no dia 18 no plenário do Senado, mas a falta de consenso sobre o nome do presidente da CPMI adiou o início das discussões para o dia 25. A comissão será composta por 34 membros — 16 parlamentares da Câmara e 16 do Senado, mais um senador e um deputado representado os partidos minoritários. Por acordo anterior, coube ao PT indicar como relator o deputado José Mentor (SP) ao PSDB, o presidente — o senador Antero Paes de Barros (MT).

Deputados da Comissão de Segurança da Câmara já observaram documentos e roteiros sobre como ocorria a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas. Os documentos foram apresentados pelo delegado José Francisco Castilho Neto e pelo perito Renato Barbosa, ambos da Polícia Federal, em reunião da qual participaram os deputados petistas Antonio Carlos Biscaia (RJ), Iriny Lopes (ES) e Paulo Rubem Santiago (PE).

De acordo com o requerimento para a criação da CPMI, encabeçado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a comissão terá a finalidade de “apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões efetuada entre 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC-5”. Ideli afirmou que existem indícios de que parte das remessas ilegais provém de dinheiro obtido pelo narcotráfico, pelo contrabando e pela corrupção.

Ela também manifestou a preocupação com as provas. “Denúncias e indícios, existem muitos. Nossa preocupação está na prova, e isso depende da quebra do sigilo bancário nos Estados Unidos. O governo brasileiro e o minist-

tro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, estão empenhados em superar o impasse com o governo norte-americano, para que, com a quebra do sigilo, obtenhamos as provas necessárias para punir. Sem isso, haverá muitos debates, investigações, mas não haverá provas”, disse.

Sem palanque

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), afirmou que a CPMI será realizada de forma responsável e que não será, em nenhuma hipótese, transformada em palanque eleitoral. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou, por sua vez, que a comissão não atrasará a tramitação das reformas da Previdência e tributária no Congresso.

“As reformas têm tramitação própria. Elas serão votadas em julho, durante a convocação extraordinária, nas comissões; em agosto, no plenário da Câmara; e em setembro irão para o Senado. O Brasil sabe que as reformas são essenciais, mas a luta contra a corrupção tem que ser permanente e está acima das circunstâncias e dos indivíduos”, afirmou.

Segundo Mercadante, as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público estão em fase avançada. “A nossa tarefa agora é ver se com a CPI, que tem agilidade na quebra de sigilos bancários e fiscal, nós podemos contornar os obstáculos que as autoridades norte-americanas estavam colocando nas investigações em Nova York.”

Para Mercadante, “é muito importante que as investigações tenham continuidade para que se possa não apenas identificar onde houve ilícito no Brasil, mas sobretudo tentar chegar ao destino do dinheiro, para que o país possa tentar reaver esse dinheiro, o que é muito importante como parte da punição aos envolvidos nesse episódio”.

Outras ações

A procuradora da República Valquíria Quixadá e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, também se reuniram para discutir a investigação do caso Banestado. A procuradora, integrante da força-tarefa que investiga as operações, disse que os trabalhos com a Receita estão se iniciando e que eles apenas discutiram formas de atuação.

mentação de direitos e alternativas de melhoria nos serviços prestados à população.

“É uma mudança importante que o governo Lula faz na gestão do Estado, criando condições para que o servidor se torne um aliado na construção de um Brasil melhor”, disse o ministro Guido Mantega (Planejamento), que anunciou para breve um projeto de gestão pública que capacite o Estado brasileiro e o funcionalismo a superar novos desafios. “Salários dignos, boas condições de trabalho, estímulo a planos de cargos e carreiras, são alguns itens prioritários”, disse Mantega.



O delegado Castilho Neto fala do Banestado na Câmara; no destaque, Ideli Salvatti



Manifestantes na Parada Gay, que contou com bloco formado por petistas (destaque)

Audiências vão discutir Previdência

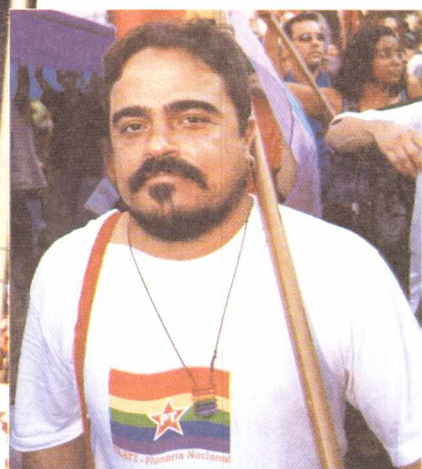
A comissão especial da Reforma da Previdência na Câmara definiu o roteiro inicial dos seus trabalhos. Em audiências públicas, serão ouvidos representantes das entidades sindicais e associações de classe. O deputado José Pimentel (PT-CE), relator da proposta, propôs ainda uma audiência com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini.

A bancada do PT na Câmara decidiu, por 32 votos a favor e 21 contra, apoiar a proposta de reforma da Previdência e discutir, posteriormente, emendas ao texto original. A comissão receberá propostas de emendas até 3 de julho.

Segundo Professor Luizinho (PT-SP), vice-líder do governo na Câmara, a resolução prevê que o partido poderá aproveitar emendas que serão negociadas com o Palácio do Planalto. “O resultado foi excelente. E é assim que o PT funciona. Quando é possível, adotamos consenso. Quando não, votamos e vale a opinião da maioria”, afirmou Luizinho.

De acordo com Ivan Valente (PT-SP), não está descartada a possibilidade da apresentação de emendas individuais ao projeto. “A apresentação de emendas é um direito individual dos parlamentares.”

Foto: César Ogata



Parada Gay reúne 1 milhão em SP

Cerca de 800 mil a 1 milhão de pessoas participaram neste domingo da 7ª Parada do Orgulho Gay, em São Paulo. A prefeita de São Paulo, a petista Marta Suplicy, e o presidente nacional do PT, José Genoino, prestigiaram o evento. Segundo os organizadores, a parada de São Paulo confirmou-se entre os maiores eventos gays do mundo — a parada de São Francisco (EUA) reuniu 1 milhão e a de Toronto (Canadá), 850 mil.

No feriado, aconteceu em São Paulo também a plenária nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros do PT. Foram discutidos o projeto de lei da Parceria Civil Registrada e mudanças no tratamento dado a gays, lésbicas e transgêneros pela saúde pública, além da estruturação do setorial dentro do partido. Após a plenária, os participantes organizaram um bloco petista, com camisetas e faixas, para o desfile da avenida Paulista.

NOTÍCIAS

Fórum inédito reúne governo e servidores

Governo e servidores públicos federais assinaram protocolo que institui formalmente a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em solenidade no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Com a presença de 7 ministros, 11 entidades representativas do funcionalismo público federal e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), a MNPP foi criada para servir de interlocução para tratar de grandes temas de interesse do funcionalismo, como política salarial, regula-